



EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS EM TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS: CURRÍCULO E IDENTIDADE ÉTNICO- RACIAL NA BAHIA, BRASIL

José Matheus Gomes da Silva¹; Carla Liane Nascimento²; Alfredo Eurico Matta³; Daniel Sousa Tambuc⁴

¹ Especialista em História da Bahia, Mestrando do Mestrado Profissional em Educação de Jovens e Adultos, Universidade do Estado da Bahia, Sankofa, E-mail: jm497057@gmail.com;

² Doutora em Ciências Sociais, Universidade do Estado da Bahia, E-mail: clnsantos@uneb.br;

³ Doutorado Multi-institucional e Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento, E-mail: alfredomatta@gmail.com;

⁴ Mestrando do Mestrado Profissional em Educação de Jovens e Adultos, Universidade do Estado da Bahia, E-mail: danieltambuc@hotmail.com

EIXO TEMÁTICO: CURRÍCULO E FORMAÇÃO DE PROFESSOR NA EJA.

RESUMO

As comunidades quilombolas, reconhecidas pela Constituição de 1988, são espaços de resistência e preservação cultural afro-brasileira. No entanto, a educação nestas comunidades, incluindo a educação de Jovens e Adultos (EJA), enfrenta injustiça curricular, com marginalização de seus saberes tradicionais. Este estudo analisou a inclusão de questões étnico-raciais nos currículos da EJA quilombola, mapeando políticas públicas e práticas pedagógicas antirracistas para compreender avanços e desafios na valorização da identidade negra na Bahia, Brasil. A metodologia utilizada baseou-se na revisão sistemática da literatura, com artigos publicados após 2003 em bases nacionais indicadoras e com o uso de critérios de inclusão e exclusão com foco na Bahia. A análise quali-quantitativa de 22 artigos revelou predominância de estudos na plataforma Periódicos CAPES, sobre Educação Quilombola e Identidade cultural. A produção cresceu representativamente a partir de 2017, refletindo o impacto tardio da Lei 10.639/2003. Contudo, foi observada que as Diretrizes Curriculares para Educação Quilombola (2012) apresentam desafios de implementação, incluindo desarticulação entre as normas nacionais, realidades locais e formação docente insuficiente. O apagamento histórico persiste nos currículos, com pouca integração de saberes tradicionais, agravado pela BNCC, que fragiliza a EJA ao priorizar competências mercadológicas. Práticas antirracistas partem de iniciativas docentes autônomas, baseadas em vivências comunitárias, mas esbarram na falta de recursos e formação. Conclui-se que a efetiva educação quilombola na EJA exige políticas articuladas, currículos decolonizados e participação comunitária para superar desigualdades históricas. **Referencial Teórico** O termo quilombo origina-se do quimbundo, significando a união de um grupo em um território, e historicamente representou um refúgio para africanos escravizados que buscavam liberdade, estabelecendo comunidades autônomas de resistência. Atualmente, as comunidades quilombolas são



compostas por descendentes desses grupos, mantendo ligações históricas com seus ancestrais preservando práticas culturais, religiosas e sociais (Cruz; Torres, 2023). A Constituição Brasileira de 1988 reconheceu a legitimidade dessas comunidades, garantindo direitos territoriais e culturais (Brasil, 1988). A educação quilombola no Brasil foi historicamente marcada pela exclusão e pelo silenciamento das culturas e saberes afro-brasileiros. Durante o período de escravidão, os negros foram privados de acesso à educação formal, e a educação disponível visava frequentemente a sua catequização. Nos quilombos, a transmissão de saberes ocorria oralmente, preservando conhecimentos tradicionais como a medicina popular, técnicas agrícolas e saberes religiosos. Assim, educar representava um ato de sobrevivência e de manutenção das tradições culturais e espirituais, com um forte apelo à coletividade e resistência (Siqueira; Souza, 2022). O currículo escolar é essencial na formação da identidade dos alunos, construindo o conhecimento sobre a cultura, a história e as tradições de um povo. Para estudantes quilombolas, o currículo não é apenas um meio de aquisição de conhecimento acadêmico, mas também uma ferramenta de afirmação da sua identidade étnica e cultural. A inclusão de temas relacionados à história e cultura afro-brasileira pode fortalecer o orgulho étnico e promover a valorização da herança africana, frequentemente negligenciada nas escolas tradicionais. Por outro lado, a exclusão de saberes fomenta a perpetuação de estigmas e preconceitos, destacando a necessidade de um currículo descolonizado (Gomes, 2012). A luta das comunidades quilombolas pelo reconhecimento da sua educação tradicional e pelo direito a uma educação que respeite as suas especificidades culturais possibilitou a implementação da Lei 10.639/03, que tornou obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira nos currículos, sendo um marco importante para a educação quilombola, concretizado através das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Quilombola. Contudo, a implementação desta legislação tem sido um desafio, devido à falta de infraestrutura, recursos pedagógicos e formação docente específica. Adicionalmente, o currículo mantém, majoritariamente, uma abordagem eurocêntrica que não contempla as especificidades culturais quilombolas (Brasil, 2003; Siqueira; Souza, 2022). Apesar do arcabouço legal, a realidade das escolas quilombolas dista dos objetivos propostos. Mesmo nestas escolas, a aplicação das Diretrizes e da Lei 10.639/03 é limitada. A discrepância entre a legislação e a prática reflete problemas mais amplos de desigualdade social e educacional. O currículo escolar, que deveria espelhar a diversidade cultural, continua a ser influenciado por uma visão única que marginaliza as culturas afro-brasileiras. A falta de uma formação docente antirracista e de práticas pedagógicas que integrem genuinamente as questões étnico-raciais constitui um dos maiores obstáculos para a efetivação de um currículo que respeite as especificidades da ancestralidade africana e contribua para a redução das desigualdades (Coelho; Coelho, 2018). Este estudo **objetivou** analisar a inclusão das questões étnico-raciais nos currículos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) em escolas quilombolas da Bahia, para a identificar avanços e desafios na valorização da identidade e cultura afro-brasileira. Para tal, procurou-se mapear as políticas públicas e marcos legais que regem a educação quilombola; investigar como o apagamento histórico das culturas negras se reproduz no currículo tradicional; e identificar práticas pedagógicas antirracistas adotadas nas escolas baianas, de modo a compreender a sua contribuição para a construção de um ambiente educativo mais inclusivo e igualitário na EJA. **Material e Método** Foi realizada a revisão sistemática da literatura, seguindo os parâmetros de Galvão e Ricarte (2019), para analisar a inclusão de questões étnico-raciais nos currículos na EJA em escolas quilombolas da Bahia. **A abordagem combinou estratégias qualitativas e**



quantitativas, orientada por quatro questões norteadoras: Existe apagamento histórico das culturas negras nos currículos tradicionais da EJA?; Como são adotadas e implementadas práticas pedagógicas antirracistas na Bahia?; e quais as estratégias para efetivar a educação antirracista nesses contextos? A coleta de dados foi realizada nas plataformas SciELO e Periódicos CAPES, utilizando combinações de descritores como "Educação quilombola", "Currículo étnico-racial", "EJA", "Políticas públicas" e "Práticas pedagógicas". Foram aplicados critérios de inclusão que consideraram artigos indexados publicados a partir de 2003 pelo marco da Lei 10.639/03 com foco específico na educação quilombola ou currículo étnico-racial no Brasil. Como critérios de exclusão, eliminaram-se trabalhos sem acesso integral, produções não revisadas por pares (como teses e capítulos de livros) e estudos centrados fora da região Nordeste especificamente no estado da Bahia. O processo de seleção ocorreu em etapas: triagem inicial por títulos e resumos, seguida de análise dos textos completos. Foram extraídas informações sobre a plataforma de origem, ano de publicação, abordagem metodológica, principais achados sobre currículo, e desafios e estratégias identificados.

Resultado e Discussão A busca de trabalhos nas plataformas SciELO e Periódicos CAPES resultou inicialmente no total de 116 artigos. Contudo, após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, apenas 22 trabalhos foram selecionados para análise. A plataforma Periódicos CAPES revelou a maioria das publicações relevantes (20 artigos), enquanto a SciELO apresentou apenas dois, indicando menor representatividade sobre o tema. Esses achados confirmam que a base indexadora Periódicos CAPES é o principal repositório de pesquisas sobre educação quilombola. A análise temporal revelou um crescimento recente no interesse acadêmico, com a maior parte das publicações concentradas em 2024. Este aumento segue uma trajetória ascendente a partir de 2020, possivelmente impulsionada pelo fortalecimento de políticas públicas de valorização da cultura afro-brasileira e de debates sobre currículos inclusivos. A presença contínua de publicações desde 2017 evidencia um interesse que ganhou maior relevância nos últimos anos. Contudo, com pouca produção acadêmica, especialmente quando se considera que a Lei nº 10.639/2003 completou mais de vinte anos de vigência, estabelecendo a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira nos currículos escolares de turmas regulares e de EJA. A regulamentação da educação quilombola no Brasil é pautada por marcos legais que revelam uma contradição entre a legislação e sua implementação prática (Oliveira et al., 2024). O crescimento das pesquisas sobre o tema a partir de 2017 reflete dinâmicas interligadas, como a consolidação de políticas de equidade racial, a expansão de editais de fomento a pesquisas étnico-raciais e a pressão dos movimentos sociais pela aplicação da Lei nº 10.639/2003. Apesar da legislação, seu reflexo nas práticas educacionais e na produção acadêmica demandou mais de uma década, acompanhando a gradual inserção das pautas quilombolas na agenda nacional (Oliveira, 2017; De Sena Teixeira, 2019; Soares et al., 2022). A base jurídica, composta pela Constituição Federal, LDB, Parecer CNE/CP nº 3/2004 e Resolução CNE/CP nº 1/2004, ainda não foi totalmente implementada (Soares et al., 2022). Os principais desafios são a desarticulação entre as diretrizes nacionais e as realidades locais e a fragmentação nas regulamentações estaduais decorrentes do Parecer CNE/CEB nº 8/2012, que refletem disputas político-ideológicas regionais (Soares et al., 2022). Adicionalmente, programas como o PRONAF e o Bolsa Família mostram-se insuficientes para assegurar o acesso pleno à EJA, enfrentando barreiras como falta de infraestrutura e dificuldades socioeconômicas. Portanto, a efetiva implementação dessas políticas exige maior articulação entre ações educativas, apoio governamental e participação comunitária para superar as desigualdades históricas



(Oliveira et al., 2024). Os currículos escolares enfrentam o desafio de superar uma visão eurocêntrica para efetivamente integrar a história e a cultura afro-brasileira, conforme estabelecido pela Lei nº 10.639/2003. Na Bahia, observou-se que apesar de avanços legais, as escolas quilombolas ainda passam pela falta de adaptação dos conteúdos à realidade local. Moreira et al. (2024) identificam que a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) representa um retrocesso ao esvaziar as conquistas das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) de 2013, que eram mais democráticas e incorporavam demandas dos movimentos sociais. Essa mudança fragiliza a implementação de uma educação específica e diferenciada, transferindo a responsabilidade para estados e municípios, o que resulta na invisibilização de políticas de inclusão e diversidade (Vercelli; Bauer, 2018; Moreira et al., 2024). Na prática, essa desconexão se reflete em salas de aula da Bahia onde os currículos não dialogam com os saberes tradicionais. Em Irará/BA, Santos e Santos (2017) constataram a carência de um currículo que contemple os sujeitos, pedagogias e saberes quilombolas. De forma semelhante, Eugênio e Santos (2021) observaram no município de Presidente Tancredo Neves/BA que a educação escolar quilombola carece de uma proposta curricular que efetivamente valorize a identidade cultural local. Essa lacuna curricular é agravada pela oferta insuficiente de escolas, um problema estrutural que limita o acesso à educação, conforme diagnosticado por Santos et al. (2019) ao analisarem a oferta de escolas quilombolas no Nordeste. Para superar esses desafios, propõem-se práticas pedagógicas antirracistas e inovadoras. Na Bahia, um exemplo positivo foi documentado por Celestino et al. (2023) na Escola Rural Quilombola de Lage dos Negros, onde os educadores, mesmo diante da ausência de políticas públicas específicas, assumiram o protagonismo para implementar metodologias ativas. Eles integraram saberes locais ao currículo, utilizando materiais concretos para o ensino de geometria e cantigas populares na alfabetização, demonstrando o potencial de uma mediação pedagógica crítica e contextualizada. Essa abordagem é essencial para transformar a escola em um espaço de resistência e afirmação identitária, fortalecendo os sentidos de pertencimento das comunidades quilombolas (Marinho et al., 2025; Silva; Brasileiro, 2020).

Palavras-chave: Comunidades Quilombolas; Educação Quilombola; Formação Docente; Políticas Públicas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. **Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira"**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 jan. 2003.

CELESTINO, Aldésia Márcia de Freitas Vieira; SOUSA, Jesus Maria Angélica Fernandes; SANTOS, Paulo César Marques de Andrade. Educação escolar quilombola:



perspectivas de práticas pedagógicas inovadoras no contexto de uma escola no interior da Bahia. **Brazilian Journal of Development**, v. 9, n. 5, p. 16049–16065, 2023.

COELHO, Mauro Cezar; COELHO, Wilma de Nazaré Baía. As licenciaturas em história e a Lei 10.639/03 - percursos de formação para o trato com a diferença?. **Educação Em Revista**, v. 34, e192224, 2018.

CRUZ, Edna Sousa; TORRES, Bianca de Sousa. Comunidade remanescente de Quilombola Ilha de São Vicente: território de memórias, resistências e afeto. **EntreLetras**, v. 13, n. 3, p. 295–315, 2023.

DE SENA TEIXEIRA, Cistina Simone; SILVA DE ARAGÃO, Maria do Socorro; GAMA DOS SANTOS, Sanádia. A cultura da escola no resgate das raízes quilombolas. **Diversitas Journal**, v. 4, n. 2, p. 466–479, 2019.

EUGENIO, Benedito; SANTOS, Juliana Brito dos Santos. A educação escolar quilombola no município de Presidente Tancredo Neves-BA. **Pesquisa em Foco**, v. 26, n. 1, 2021.

GALVÃO, Maria Cristiane Barbosa e RICARTE, Ivan Luiz Marques. Revisão sistemática da literatura: conceituação, produção e publicação. **Logeion: Filosofia da Informação**, v. 6, n. 1, p. 57-73, 2019.

GOMES, Nilma Lino. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. **Currículo sem Fronteiras**, v.12, n.1, p. 98-109, 2012.

MARINHO, Juliana de Cássia Aparecida Marinho; DIAS, Ana Maria; SILVA, Bruno Henrique Fernandes da et al. Educação quilombola e indígena: práticas pedagógicas antirracistas e decoloniais. **Cuadernos De Educación Y Desarrollo**, v. 17, n. 4, e8138, 2025.

MOREIRA, Ana Santana; SILVA, Emerson Pires Da; SOUZA, Wárica Santos Souza; ECHEVERRÍA, Agustina Rosa. O esvaziamento das diretrizes curriculares nacionais na Base Nacional Comum Curricular. **Educação em Revista**, v. 40, e45142, 2024.

OLIVEIRA, Gilmar Souza; CARDOZO, Lerieane Silva; SANTOS, José Francisco. Políticas públicas para a educação das relações étnicoraciais e a educação escolar quilombola: a Lei nº 10.639/2003 como mecanismo para a valorização da cultura da população afro-brasileira. **Educação Por Escrito**, v. 15, n. 1, e45354, 2024.

OLIVEIRA, Suely Noronha de Oliveira. Motivações iniciais para elaboração de diretrizes da educação escolar quilombola na Bahia. **Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade**, v. 26, n. 49, p. 35–51, 2017.



SANTOS, Andrea; SANTOS, Fabiana. Diagnóstico da educação escolar quilombola no município de Irará/Bahia – sujeitos, pedagogias e saberes. **Revista Macambira**, v. 1, n. 1, p. 17–35, 2017.

SANTOS, Edmilson Santos; VELLOSO, Tatiana Ribeiro; NACIF, Paulo Gabriel Soledade; SILVA, Givania. Oferta de Escolas de Educação Escolar Quilombola no Nordeste Brasileiro. **Educação & Realidade**, v. 44, n. 1, e81346, 2019.

SILVA, Jerônimo Jorge Cavalcante; BRASILEIRO, Danielma da Silva Bezerra. Da escola no quilombo à escola do quilombo: a prática pedagógica como elemento substancial para fortalecer sentidos de pertencimentos identitários. **Plurais - Revista Multidisciplinar**, v. 2, n. 1, p. 76–81, 2020.

SIQUEIRA, Josimário José Silva de; SOUZA, Débora Quetti Marques de. A Educação Escolar na Comunidade Quilombola: uma análise a partir da lei 10.639/03. **Sala Oito**, v. 1, n. 3, p. 63–80, 2022.

SOARES, Marta Genú; BEZERRA, Hudson Pablo De Oliveira; DE MELO, José Pereira de Melo. Política Educacional para a Educação Básica e Ações Interculturais na Escola Quilombola. **Interfaces da educação**, v. 13, n. 37, 2022.

VERCELLI, Ligia de Carvalho Abôes; BAUER, Carlos. A Educação Escolar Quilombola, Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e a importância de sua presença na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). **Cadernos de Pós-graduação**, v. 17, n. 2, p. 9–13, 2018.